



PARECER ÚNICO Nº. 0037878/2019 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO	PA COPAM	SITUAÇÃO
Licenciamento Ambiental	16363/2010/004/2018	Sugestão pelo deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Renovação de Licença de Operação - RenLO		VALIDADE: 10 anos

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS	PA COPAM	SITUAÇÃO
Captação de água subterrânea por meio de poço tubular	02400/2018	Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR:	VHT Lavanderia LTDA ME	CNPJ:	05.811.951/0001-64
EMPREENHIMENTO:	VHT Lavanderia LTDA ME	CNPJ:	05.811.951/0001-64
MUNICÍPIO:	Candeias - MG	ZONA:	Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICA: 20° 46' 10,54" S e 45° 16' 17,89" O			
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: Não			
BACIA FEDERAL: Rio Grande		BACIA ESTADUAL: Afluente do Rio Grande	
UPGRH: GD 3 – Entorno do reservatório de Furnas		SUB-BACIA:	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)		CLASSE
F-06-02-5	Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos.		4
RESPONSÁVEL TÉCNICO		REGISTRO	
Marko Pollo da Silva Gonçalves – Eng. Ambiental		CREA 143054	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: AF 130164/2018		DATA: 16/07/2018	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Fernando Baliani da Silva – Gestor Ambiental	1.374.348-9	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.147.680-1	
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	



1. Resumo

O empreendimento **VHT Lavanderia Ltda. ME**, atua no setor de lavanderias Industriais no município de candeias - MG. Em 12 de julho de 2018 foi formalizado na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº. 16363/2010/004/2018, na modalidade de Renovação de Licença de Operação - RenLO.

A atividade a ser licenciada é **“F-06-02-5 - Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos”** com uma Capacidade Instalada de 499,0 quilos por dia, que de acordo com a Deliberação Normativa Copam nº. **217/2017**, possui Potencial Poluidor/Degradador **Grande** e Porte **Pequeno**, conferindo o empreendimento como **Classe 4**.

Em 16 de julho de 2018, houve vistoria técnica ao empreendimento a fim de subsidiar a análise da solicitação de renovação de licenciamento ambiental, na qual foi constatada a sua conformidade ambiental com as medidas de controle instaladas e equipamentos em bom estado de conservação.

O empreendimento está localizado em área urbana, sendo desta forma dispensado da obrigatoriedade de apresentar área de reserva Legal, conforme estabelece a Lei 12.651/2012 e a Lei Estadual 20.922/2013.

A água utilizada pelo empreendimento destinada ao processo produtivo de lavanderias industriais, geração de vapor, limpeza de áreas e ao consumo humano provém de captação subterrânea por meio de poço tubular, captação de poço manual (cisterna) e aquisição da concessionária local COPASA.

O poço manual (cisterna) se encontra regularizado mediante certidão de uso insignificante válida, enquanto que o poço tubular profundo tem processo de outorga formalizado junto a Supram Sul de Minas, o qual foi analisado pela equipe técnica e possui parecer técnico pelo deferimento.

De acordo com informações prestadas pelo empreendedor e contidas nos estudos ambientais, não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área onde o empreendimento se encontra instalado, seja por supressão de vegetação nativa ou intervenção em Área de Preservação Permanente - APP.

O efluente líquido industrial do empreendimento é gerado pela lavagem de peças de vestuários, limpeza das instalações e limpeza de equipamentos, os quais são coletados e segregados para sistema de tratamento físico químico composto de tanque de equalização, tanque de aplicação de cal e sulfato de alumínio, tanque de decantação e leito de secagem, com o efluente tratado sendo direcionado para rede de coleta pública.

O efluente sanitário gerado no empreendimento é oriundo da contribuição dos colaboradores, sendo direcionado para sistema de fossa séptica e lançamento do efluente tratado na rede de coleta pública.

Ressalta-se que embora o efluente tratado seja direcionado para sistema de coleta pública, não há contrato firmado entre empreendimento e Prefeitura Municipal de Candeias assumindo o tratamento de efluentes, de forma que figura como condicionante o monitoramento dos sistemas de controle de efluentes líquidos.

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos apresentam-se ajustados às exigências normativas, conforme informado nos estudos ambientais e verificado em momento de vistoria.

O empreendimento possui uma caldeira para geração de vapor, a qual utiliza como combustível lenha, não sendo apresentado o registro junto ao IEF para consumidor de produtos e subprodutos da flora (lenhas e cavacos), de forma que figura como condicionante deste parecer único a apresentação do mesmo.

Desta forma, a Supram Sul de Minas sugere o deferimento da Renovação de Licença de Operação - RenLO para o empreendimento VHT Lavanderias Ltda. ME.



2. Introdução

O empreendimento VHT Lavanderia Ltda. ME requereu junto a Supram Sul de Minas Renovação de Licença de Operação.

Na data de 12/07/2018 protocolou junto a Supram Sul de Minas, o requerimento de **Renovação de Licença de Operação** mediante processo administrativo nº. 16363/2010/004/2018, informando em seu Formulário de Caracterização de Empreendimento – FCE que o empreendimento possui capacidade instala de 499 kg/dia.

O empreendimento possui Licença de Operação para a referida atividade, obtida mediante processo administrativo nº. 16363/2010/003/2014, concedida em 17/07/2014, sob LO nº. 004/2014 com validade até 17/07/2018.

Diante das informações supracitadas, o empreendimento perdeu o prazo de 120 dias estabelecido na Lei Complementar nº. 140/2011 para fazer jus a renovação automática.

Para garantir a continuidade de operação do empreendimento após vencimento da Licença de Operação supracitada, o empreendimento requereu junto a Supram Sul de Minas, a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

Foi realizada vistoria ao empreendimento na data de 16/07/2018 para subsidiar a análise do processo administrativo de renovação de licença ambiental, com as informações relatadas no Auto de Fiscalização nº. 130164/2018.

O TAC foi assinado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável representada pelo Superintendente Regional de Meio Ambiente e o empreendimento VHT Lavanderia Ltda. ME na data de 18/07/2018.

De acordo com a Deliberação Normativa Copam 217/2017, o empreendimento desempenha a atividade de **Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos (F-06-02-5)** com capacidade instalada de **499 kg/dia**, sendo seu Porte Pequeno e Potencial Poluidor Grande, definido em **Classe 4**.

Em consulta ao sítio eletrônico do IBAMA foi verificado a existência de Cadastro Técnico Federal de número **nº. 5961904**.

Foi apresentado o AVCB nº. 127930 com validade até a data de 21/10/2019.

O empreendimento não possui registro de consumidor de lenha junto ao IEF, para utilização em caldeira, cuja obtenção figura como **condicionante** deste parecer único.

O RADA foi elaborado sob responsabilidade de Marko Pollo da Silva Gonçalves, engenheiro ambiental, CREA 14305-4 e ART nº. 4611804.

Ressalta-se que o RADA apresentado se encontra satisfatório para avaliar o desempenho ambiental do empreendimento e subsidiar a análise técnica para a renovação de licença.



3. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento VHT Lavanderia Ltda. ME está localizado em área urbana do município de Candeias à rua expedicionário Lázaro de Alvarenga, nº. 188, centro, em uma propriedade com área próxima a 1.540 metros, com área útil definida de 800 metros e área construída informada de 250 metros.

A atividade principal do empreendimento é a prestação de serviços de realização de lavagem e acabamentos de peças de vestuários.

No entorno do empreendimento existe a mancha urbana e fragmentos de vegetação nativa e curso d'água, sendo uma área de transição entre urbanização e rural.

O empreendedor informa que atualmente conta com 9 colaboradores, que trabalham em um turno de 8 horas/dia, dividido em setores de produção e administrativo.

A energia elétrica é fornecida pela concessionária local CEMIG e não há geradores.

O processo de lavagem de peças de vestuário com ou sem acabamento consiste na recepção das peças de terceiros, adição de produtos para amaciamento, alveijamento, tingimento e desengomagem, para posterior secagem.

Dentre os principais equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade se destacam 05 lavadoras, 03 secadoras, 02 turbinas de secagem e 02 compressores.

Há também no empreendimento uma caldeira alimentada à lenha, com capacidade informada de 540 kg de vapor, ou 15 hp. A Figura 01 abaixo permite visualizar a área do empreendimento e seu entorno constituídos por mancha urbana e áreas de fragmento de vegetação nativa.



Figura 01: VHT Lavanderia e seu entorno



4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A água utilizada pelo empreendimento provém de captação em 01 Poço manual (cisterna) nas dependências do empreendimento, regularizada mediante Certidão de Uso Insignificante nº. **49929/2018**, válida até 04/02/2021 para captar uma vazão de 1 m³/hora durante 5 horas/dia totalizando **5 m³/dia**.

O empreendimento também faz captação em 01 poço tubular cujo processo de outorga nº. 02400/2018 foi analisada junto a este processo, com parecer pelo deferimento.

O referido processo de outorga objetiva captar de poço tubular profundo existente nas dependências do empreendimento uma vazão de 0,254 m³/hora com bombeamento pelo tempo de 06 horas/dia, totalizando o volume de **1,524 m³/dia**.

Além das duas captações supracitadas, o empreendedor informa que também adquire água da concessionária local, COPASA.

O consumo máximo de água é de 630 m³/mês e médio de 346 m³/mês destinado ao processo industrial, limpeza de áreas, produção de vapor e consumo humano.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

De acordo com os estudos e informações apresentados, não há intervenção ambiental em Área de Preservação Permanente - APP e/ou supressão de vegetação nativa, portanto, este Parecer Único não autoriza qualquer intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP e/ou qualquer tipo de supressão de vegetação nativa.

6. Reserva Legal

O empreendimento está instalado em área urbana e está desobrigado de constituir área de Reserva Legal, em conformidade com a Lei 12.651/2012 e Lei Estadual 20.922/2013.

7. Compensações

O empreendimento não faz intervenção em APP ou mata nativa, não havendo incidência de Compensação Ambiental nos termos da Lei Nº. 9.985/2.000 considerando que:

- a) a operação regular do empreendimento não é causadora de significativo impacto ambiental;
- b) a operação do empreendimento já possui todas as medidas mitigadoras e de controle ambiental exigíveis.



8. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Efluentes líquidos sanitários: O efluente sanitário gerado no empreendimento é resultante da contribuição dos colaboradores que trabalham no empreendimento.

Medida mitigadora: Todo efluente sanitário é coletado e direcionado para o sistema de tratamento dotado de fossa séptica e filtro anaeróbio, com lançamento final na rede de coleta pública do município. *

Efluentes líquidos industriais: são gerados na lavagem de equipamentos, de instalações e lavagem de peças de vestuário (processo produtivo).

Medida mitigadora: Todo efluente é tratado em sistema físico químico constituído de tanque de equalização, tanque para aplicação de sulfato de alumínio, sedimentação, leito de secagem e lançamento do efluente tratado na rede de coleta pública. *

* Deve-se ressaltar que embora o município de Candeias possua sistema de tratamento de esgoto sanitário oriundos do sistema de coleta pública, o empreendimento não apresentou contrato firmado com a Prefeitura Municipal assumindo a responsabilidade pelo tratamento dos efluentes de natureza sanitária e/ou industrial, de forma que será mantido o programa de automonitoramento dos respectivos efluentes sanitários e industriais tratados, para confrontar com os valores permitidos na Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH 01/2008.

Efluentes atmosféricos: O empreendimento possui uma caldeira alimentada com lenha, com propósito de gerar vapor. A queima de lenha proporciona a geração de material particulado e monóxido de carbono (CO).

Medidas mitigadoras: Não há medida de controle instalado para mitigar este impacto. Foi apresentado laudo de análise de efluentes atmosféricos, com valores muito abaixo do estabelecido na Deliberação Normativa Copam 187/2013. Diante dos fatos, a Supram Sul de Minas sugere o monitoramento desta fonte, para avaliar os níveis de emissão.

Resíduos sólidos: constituem-se de lodo do leito de secagem da ETE industrial, lodo da ETE sanitária, lixo de natureza doméstica, recicláveis, cinza de caldeira e embalagens de produtos químicos.

Medidas mitigadoras: O RADA informa a destinação para a empresa Ecosust Soluções Ambientais localizada em Campo Belo e Aterro Sanitário do município de Candeias. Em consulta ao SIAM, foi verificado que os empreendimentos estão devidamente regularizados.



9. Avaliação do Desempenho Ambiental

9.1. Cumprimento das Condicionantes de LO

Previamente as discussões quanto ao cumprimento de cada condicionante estabelecida em momento de deliberação da Licença de Operação e apresentadas nos quadros que virão a seguir, a Supram Sul de Minas trará algumas informações relevantes quanto ao funcionamento do empreendimento e aos documentos anexos ao processo administrativo.

Após concessão da LO em 17/07/2014, o empreendimento continuou suas operações até requerer paralisação de suas atividades em 11/12/2015 mediante ofício sob protocolo R0521591/2015. Anexo a este ofício foram encaminhados os laudos de monitoramento referente ao cumprimento de condicionantes.

Em 18/05/2016 o empreendedor comunicou a Supram ASF sobre a retomada de suas atividades, mediante ofício sob protocolo R0210525/2016.

Em 18/08/2016, o empreendedor protocolou na Supram ASF sob protocolo R0279312/2016 documentos relativos ao cumprimento de condicionantes.

Na data de 15/02/2017 o empreendedor apresentou à Supram ASF novo comunicado referente a paralização das atividades, sob protocolo R0047288/2017.

Em 12/12/2017, foi apresentado o requerimento de transferência de titularidade motivado pela aquisição por parte de outro empreendedor, neste caso a VHT Lavanderia Ltda. Tal requerimento foi apresentado sob protocolo R0310469/2017.

A Licença de Operação – LO nº. 004/2014 foi emitida com as seguintes condicionantes, conforme quadro abaixo:



Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da licença
02	Manter no empreendimento para fins de fiscalização, registro válido emitido pelo IEF de Consumidor de Produtos e Subprodutos da Flora Lenha, Cavacos e Resíduos. Obs.: Enviar anualmente a SUPRAM ASF o certificado do ano vigente.	Durante a vigência da licença
03	Realizar leituras semanais nos equipamentos instalados (hidrômetro e horímetro) armazenando-as na forma de planilhas, que deverão ser apresentadas ao Órgão Responsável quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado.	Durante a vigência da licença
04	Receber matérias primas e insumos somente de fornecedores licenciados ambientalmente. Apresentar, semestralmente, documentação comprobatória da regularidade ambiental das empresas fornecedoras.	Durante a vigência da licença
05	Manter no empreendimento para fins de fiscalização, as notas de comprovação da destinação final dos resíduos sólidos gerados no processo industrial.	Durante a vigência da licença
06	Apresentar de acordo com os prazos estabelecidos para cada condicionante solicitada, memorial descritivo de comprovação de sua execução, inclusive relatório fotográfico.	Durante a vigência da licença
07	Informar a SUPRAM-ASF quanto à instalação de novos equipamentos não contemplados no presente licenciamento e aguardar autorização desse Órgão.	Durante a vigência da licença.
08	Apresentar regularidade ambiental da empresa receptora do lodo gerado na ETEI, bem como contrato firmado entre esta e a J.A. da Fonseca Lavanderia ME.	30 dias
09	Apresentar regularidades ambientais das empresas receptoras de resíduos recicláveis, bem como notas fiscais que comprovem o vínculo entre as mesmas.	30 dias
10	Realizar limpeza periódica da fossa séptica.	Durante a vigência da licença.
11	Apresentar regularidade ambiental da empresa responsável pela limpeza da fossa séptica, bem como notas fiscais que comprovem o vínculo entre esta e o empreendimento J. A. da Fonseca Lavanderia ME.	Quando da realização da limpeza.
12	Notificar a SUPRAM ASF quando do início da recirculação/reaproveitamento do efluente líquido tratado.	Quando do início da recirculação.

Condicionante acrescida na URC em momento de deliberação.



Anexo II

1. Efluentes Líquidos:

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Monitoramento da Fossa Séptica (entrada e saída)	pH, DBO, DQO, Nitrogênio total, Fósforo total, Sólidos totais, Sólidos sedimentáveis, Cloretos e Graxas.	Semestralmente
Monitoramento da ETEI	pH, temperatura, sólidos suspensos totais, sólidos sedimentáveis, DBO, DQO, cor, vazão média, Sulfactantes aniônicos (ABS), óleos e graxas, sulfetos, sulfatos, cloretos.	Semestralmente

Relatórios: Enviar anualmente a Supram - ASF os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar anualmente a Supram-ASF, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razã o social	Endereço completo	Form a (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

3. Efluentes Atmosféricos:

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Chaminé da caldeira	MP, NOx e CO	Semestralmente.

Relatórios: Enviar anualmente a Supram-ASF os resultados das análises efetuadas,

4. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
6 (seis) pontos no entorno do empreendimento	Estabelecidos pela Lei Estadual 10.100/90	Anualmente

Enviar anualmente a Supram - ASF relatório contendo os resultados das medições efetuadas; neste deverá conter a identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas amostragens.

Em momento de deliberação do Parecer Único na 110ª Reunião da URC do Alto São Francisco, na data de 17/07/2014, foi aprovada e acrescentada a seguinte condicionante:

“Apresentar a solução técnica para a disposição final das cinzas da caldeira”

Prazo: 90 dias.



Condicionante 1 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva:

- Considerando as paralizações realizadas pelo empreendimento, as quais foram comunicadas previamente pelo empreendedor, conforme relatado acima e a não necessidade de monitoramento das medidas de controle nestes períodos;
- Registre-se que parte dos laudos de monitoramento protocolados (R251187/2014, R521591/2015 e R279312/2016) não teve sua disponibilização no SIAM e também não foram juntados no processo administrativo nº. 16363/2010/003/2014, de forma que a Supram Sul de Minas não está considerando esse período para fins de verificação do desempenho ambiental do empreendimento ou para outros reflexos legais;
- Considerando que durante a operação do empreendimento mediante Termo de Ajustamento de Conduta – TAC foi estabelecido o programa de automonitoramento para avaliar o desempenho ambiental das medidas de controle necessárias para mitigar os impactos ambientais inerentes a atividade de lavanderia e que os resultados das análises atenderam aos padrões estabelecidos pela Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH 01/2008;
- Considerando que o empreendimento está dotado das medidas de controle adequadamente dimensionadas e operando em boas condições, portanto mitigando os impactos ambientais decorrentes do exercício de sua atividade.

Condicionante 2 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em momento de vistoria técnica ao empreendimento, foi apresentado o certificado pelo empreendedor.

Condicionante 3 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em momento de vistoria técnica ao empreendimento, foi apresentado a planilha de registro das leituras.

Condicionante 4 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em momento de vistoria técnica ao empreendimento, foram apresentados os certificados pelo empreendedor. A apresentação semestral ficou prejudicada frente as várias paralisações de atividades que o empreendedor apresentou.

Condicionante 5 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em momento de vistoria técnica ao empreendimento, foram apresentadas as notas de destinação de resíduos.

Condicionante 6 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em decorrência das várias paralizações do empreendimento, pelo fato de não haver sido mencionado periodicidade para esta condicionante e pelo entendimento da Supram Sul de Minas da não necessidade desta para a avaliação de cumprimento das demais condicionantes.



Condicionante 7 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Não houve aquisição de novos equipamentos, somente a transferência de titularidade.

Condicionante 8 e 9 – cumpridas de forma satisfatória e tempestiva. Em 28/08/2014 o empreendedor formalizou o cumprimento das condicionantes 08, 09 e 13 mediante protocolo R0251187/2014. Ressalta-se que foi solicitado pelo empreendedor, de forma tempestiva, mediante protocolo R0248407/2014, prorrogação de prazo para o cumprimento destas condicionantes.

Condicionante 10 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em vistoria técnica foi informado da manutenção periódica e apresentação de nota de destinação.

Condicionante 11 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em vistoria técnica foi informado que a destinação do lodo segue para a empresa Ecosust Soluções Ambientais.

Condicionante 12 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. O empreendedor declinou da reutilização de efluente tratado em virtude de comprometer a qualidade do processo de lavagem.

Condicionante 13 – cumprida de forma satisfatória e tempestiva. Em 28/08/2014 o empreendedor apresentou a proposta de destinação de cinzas da caldeira sob o protocolo R0251187/2014. Ressalta-se que foi solicitado pelo empreendedor, de forma tempestiva, mediante protocolo R0248407/2014, prorrogação de prazo para o cumprimento desta condicionante.

9.2. Cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

Em função da perda de renovação automática prevista na Lei Complementar 140/2011, o empreendedor requereu a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para continuar a desenvolver suas atividades.

O TAC foi assinado na data de 18 de julho de 2018, entre Supram Sul de Minas e VHT Lavanderia Ltda. ME, onde foram estabelecidas condicionantes para a continuidade de desenvolvimento da atividade de lavanderias industriais.

A publicação do TAC se deu na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IOF na data de 20/07/2018 conforme protocolo nº. 0514537/2018

O quadro de condicionantes exigia o automonitoramento de efluentes sanitários, industriais e de resíduos sólidos, conforme detalhado no Anexo II do TAC, além de realizar medições diárias de vazão e tempo de captação para o poço tubular, apresentando os valores em forma de planilha.



A periodicidade para a realização de análises de efluentes sanitários e industriais era trimestral, com entrega semestral, enquanto que a planilha de gestão de resíduos sólidos deveria ser realizada mensalmente com entrega semestral.

O empreendedor apresentou o laudo de análise de efluente industriais conforme protocolo R0200488/2018, com valores de lançamento dentro do permitido pela Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH 01/2008.

Quanto ao sistema de fossa séptica para tratamento de efluentes sanitários, o empreendedor informou que o ponto de saída de efluente tratado (local de amostragem) se encontrava seco, impossibilitando a coleta. Foi apresentado registro fotográfico do local.

Quanto as planilhas mensais de gestão de resíduos sólidos, foram apresentadas junto a Supram Sul de Minas informando a destinação para empresas Ecosust Soluções Ambientais e para os resíduos domésticos para a prefeitura municipal de Candeias.

De acordo com consulta realizada junto ao SIAM, foi possível verificar que tais empreendimentos estão devidamente regularizados para receberem tais resíduos e promover a destinação ambientalmente adequadas.

Quanto as planilhas de registros diários de vazão e tempo de captação de água subterrânea, as mesmas foram apresentadas, demonstrando que tanto a vazão quanto o tempo de captação permaneceram dentro dos valores requisitados no processo de Outorga PA nº. 2400/2018.

Diante dos documentos e laudos apresentados, a Supram Sul de Minas entende que o Termo de Ajustamento de Conduta **foi cumprido de forma satisfatória e tempestiva**, atendendo seu propósito.

9.3. Avaliação dos Sistemas de Controle Ambiental

O empreendimento VHT Lavanderia Ltda. ME cumpriu as condicionantes estabelecidas em LO.

Não foram observadas práticas que afetam e/ou alteram negativamente o meio ambiente de seu entorno. Os resíduos gerados são devidamente separados e encaminhados para destinação ambiental adequadas sem que ocorra contaminação dos solos ou da água.

Os sistemas de tratamento de efluentes líquidos sanitários e industriais vem apresentando resultados satisfatórios conforme laudos de análises confrontados com a Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH 01/2008.

As emissões atmosféricas estão dentro dos valores permitidos para fontes oriundas de queima de lenha, conforme estabelece a Deliberação Normativa Copam 187/2013 para os parâmetros Material Particulado e Monóxido de Carbono.



Os níveis de ruídos estão dentro do estabelecido pela Lei Estadual 10.100/1990 para o entorno do empreendimento.

Diante dos fatos observados e constatados, a Supram Sul de Minas sugere o deferimento da Renovação de Licença de Operação.

10. Controle Processual

Trata-se de pedido renovação de licença de operação para a atividade de “Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos”, a qual é classificada como sendo de pequeno porte e grande potencial poluidor pelos parâmetros da DN 217/17.

Estão no processo as publicações em periódico relativas à obtenção da Licença de Operação e do pedido de renovação da Licença de Operação (fls. 11).

A Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017, estabelece o Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental – Rada, como sendo o instrumento que visa à avaliação do desempenho ambiental dos sistemas de controle implantados, bem como das medidas mitigadoras estabelecidas nas licenças anteriores, e instruirá o processo de renovação de LO.

O RADA consiste de um documento elaborado pelo empreendedor para fins de revalidação da Licença de Operação (LO) da atividade poluidora ou degradadora do meio ambiente, cujo conteúdo, baseado em informações e dados consolidados e atualizados, permite a avaliação da performance dos sistemas de controle ambiental, da implementação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais, bem como a análise da evolução do gerenciamento ambiental do empreendimento.

Assim, a apresentação do RADA tem por objetivo primordial subsidiar a análise técnica do pedido de renovação da Licença de Operação, por meio da avaliação do desempenho ambiental global do empreendimento durante o período de vigência da licença vincenda.

A equipe interdisciplinar da SUPRAM SM julga satisfatório o Relatório de Desempenho Ambiental (RADA), tendo em vista a atividade desenvolvida.

Foi apresentada certidão de microempresa, de forma que não há custos a serem pagos.

Conforme item 9 deste parecer único, os sistemas de controle ambiental apresentados no gerenciamento dos aspectos ambientais considerados relevantes no empreendimento são suficientes para avaliar o seu desempenho ambiental, desta forma, sugerimos o deferimento do processo de revalidação da Licença de Operação – LO.

Em consulta ao sistema integrado de informação ambiental e sistema CAP, não foi constatada a existência de Auto de Infração lavrado contra o empreendimento durante o



período de vigência que pudesse figurar como antecedente negativo para fins de fixação do novo prazo de Licença. Assim, segundo Decreto Estadual 47.383/18, a validade da licença deverá ser de 10 (dez) anos.

Assim, nos termos da Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016, compete a Superintendência Regional de Meio Ambiente sua decisão:

“Art. 4º A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – tem por finalidade formular, coordenar, executar e supervisionar as políticas públicas para conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental do Estado, competindo-lhe:

...

VII – decidir, por meio de suas superintendências regionais de meio ambiente, sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:

- a) de pequeno porte e grande potencial poluidor;
- b) de médio porte e médio potencial poluidor;
- c) de grande porte e pequeno potencial poluidor;

DE ACORDO COM PREVISÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 44.844/2008, EM SEU ANEXO I, CÓDIGO 124, CONFIGURA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVÍSSIMA DEIXAR DE COMUNICAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM DANOS AMBIENTAIS ÀS AUTORIDADES AMBIENTAIS COMPETENTES. Núcleo de EMERGENCIA AMBIENTAL - NEA - Contato NEA: (31) 9822.3947.

11. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o **deferimento** da **Renovação de Licença de Operação - RenLO**, para o empreendimento **VHT Lavanderia Ltda. ME** para a atividade (F-06-02-5) – **Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos**, no município de **Candeias**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste Parecer Único, devem ser apreciadas pelo **Superintendente Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas**.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes, de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.



10. Anexos

Anexo I. Condicionantes para RenLO de VHT Lavanderia Ltda. ME.

Anexo II. Programa de Automonitoramento de RenLO de VHT Lavanderia Ltda. ME.



ANEXO I

Condicionantes de RenLO de VHT Lavanderia Ltda. ME

Empreendedor: VHT Lavanderia Ltda. ME	
Empreendimento: VHT Lavanderia Ltda. ME	
CNPJ: 05.811.951/0001-64	
Município: Candeias	
Atividade: Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos.	
Código DN 217/2017: F-06-02-5	
Processo: 16363/2010/004/2018	
Validade: 10 anos	Referência: Condicionantes estabelecidas em RenLO

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento dos parâmetros estabelecidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da RenLO.
02	Apresentar cópia do Registro junto ao IEF para consumidor de produtos e subprodutos da flora (cavacos, lenhas, etc.) para utilização de lenha como combustível na caldeira.	30 dias após emissão da Renovação de Licença de Operação.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



ANEXO II

Programa de automonitoramento de VHT Lavanderia Ltda. ME

Empreendedor: VHT Lavanderia Ltda. ME	
Empreendimento: VHT Lavanderia Ltda. ME	
CNPJ: 05.811.951/0001-64	
Município: Candeias	
Atividade: Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos.	
Código DN 217/2017: F-06-02-5	
Processo: 16363/2010/004/2018	
Validade: 10 anos	Referência: Programa de Automonitoramento da Renovação de Licença de Operação

1. Efluentes atmosféricos.

Local de amostragem	Tipo de combustível	Potência nominal (MW)	Parâmetros	Frequência
Chaminé da caldeira	Lenha	-x-	Material Particulado e Monóxido de carbono	Anual

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram Sul de Minas, até o último dia do mês subsequente a análise, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na **DN COPAM nº. 187/2013** e na **Resolução CONAMA nº 382/2006**.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency* – EPA.



2. Efluentes líquidos.

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
⁽¹⁾ Na entrada e na saída do sistema de tratamento de Efluentes Sanitários .	⁽³⁾ DBO, DQO, pH, óleos vegetais e gorduras animais, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas.	Semestral
⁽²⁾ Na entrada e na saída do sistema de tratamento de Efluentes Industriais	⁽⁴⁾ DBO, DQO, pH, sulfetos, nitrogênio amoniacal total, óleos vegetais e gorduras animais, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas.	Trimestral

- (1) Local de amostragem ETE Sanitária: (efluente bruto): entrada da fossa séptica. (efluente tratado): saída do sistema.
- (2) Local de amostragem ETE Industrial (Batelada): (efluente bruto): entrada do tanque de equalização. (efluente tratado): saída do sistema.
- (3) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO, DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico.
- (4) Sistema de tratamento por batelada, não sendo aplicável amostra composta.

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente à 2ª análise para ETE sanitária e para 4ª análise para ETE Industrial**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº. 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



3. Resíduos sólidos e oleosos.

Enviar **anualmente**, à Supram-Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente ao 12º relatório**, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- | | |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização | 6 - Co-processamento |
| 2 - Reciclagem | 7 - Aplicação no solo |
| 3 - Aterro sanitário | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar) |
| 5 - Incineração | |

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº. 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.